

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo***Caminho Aberto**

No seu último ano o governo Sarney não terá tempo para começar novos projetos: fica-lhe, porém, o prazo para conclusão de obras em fase final e para tocar aquelas que, pela sua própria natureza, dependem de continuidade.

Do ponto de vista político, este governo teve a identidade do período de transição que se encerrou com a Constituição promulgada dia 5 de outubro. Não conseguiu reconhecer-se, porém, na moldura da ocasional aliança política que o elegeu, porque o PMDB e o PFL entraram em desacordo desde o começo. E o próprio PMDB, que marcou a fisionomia da transição, viveu uma prolongada crise. Com o resultado eleitoral de novembro, o partido majoritário se dividiu entre jogar a sua sobrevivência no governo e voltar à oposição para tentar a sorte com a retórica que arquivou ao chegar ao poder.

É previsível que o PMDB não resolva o seu problema como das vezes anteriores. A conciliação de tendências contrárias está além de qualquer fórmula, na sucessão presidencial que se resolverá nas urnas. A fatal divisão do partido que saiu amplamente majoritário das urnas em 86 baliza para o governo Sarney, no seu último ano, uma situação favorecida que o livra das pressões exercidas dentro da administração federal. Os que optarem pela via oposicionista não mais poderão impedir, mediante ameaças de ruptura, iniciativas que não dependem de prazo para ser tomadas. E os que ficarem no governo também não poderão argumentar como os que saírem. Portanto, o presidente Sarney pode dar a imediata partida na arrancada para aliviar o Estado da sobrecarga burocrática que representa custos sem benefícios.

A modernização drástica só depende agora da vontade do governo. Para desestatizar a economia e a administração não é necessário um longo prazo, porque de uma penada o presidente pode desativar órgãos, repartições e funções que vinham resistindo pelo apadrinhamento político exercido dentro do governo pelo PMDB e PFL, que foram terminais de interesses vários, de fora e de dentro da burocracia.

Cumprida a transição política, falta apenas ao presidente Sarney compor a fachada administrativa que está sendo anunciada para os primeiros dias de 89 com a reforma que simplificará a máquina de governo. A redução do número de ministérios deixará o governo com as mãos livres de amarras políticas para os atos finais. Portanto, fica ao seu alcance, pela mesma liberação dos compromissos políticos de fundo eleitoral, descartar-se da constelação de órgãos inúteis, ociosos e onerosos como mos-

taram ser — para aproveitar dois exemplos significativos — o IAA e o IBC. Por três vezes este governo decretou-lhes a extinção, que não chegou a ser efetivada porque os interesses políticos, valendo-se de oportunidades eleitorais, resistiram e adiaram a decisão.

Um ano de governo pode ser insuficiente para começar grandes projetos, mas para cortar órgãos e repartições, desfazer-se de empresas que são máquinas de empregar e produzir déficits, os próximos 14 meses bastam, desde que se mantenha a intenção com firmeza. Não se discute mais a necessidade de fechar e vender empresas que não justificam a sua existência, em termos industriais ou administrativos. Ficou subentendido que era apenas questão de oportunidade. Pois a oportunidade é esta: o governo entra no seu último ano sem o apoio do partido de que se serviu e se considera livre de qualquer responsabilidade ou lealdade política. E se nem todas as empresas tiverem compradores? Perguntam os defensores da estatização. Aquelas que não interessem à iniciativa privada também não interessam, pela mesma razão, ao governo: é simplesmente fechá-las.

A reforma administrativa, conjugada com a desestatização, multiplicará os resultados a ponto de assegurar ao governo, no seu último ano, crédito de opinião pública a tempo de retirá-lo da mira política dos que pretendem fazer campanha eleitoral de oposição. A demagogia que ensaia marcar presença na sucessão presidencial tem mais a perder do que faturar, na medida em que o governo antecipe resultados práticos, seja no corte de despesas, na venda de empresas e na demonstração de que a eficiência do poder público aumenta com a redução de ministérios e órgãos que lhe dificultam até mesmo a tomada de decisões.

Os brasileiros estão perfeitamente convencidos de que só têm a ganhar com a desestatização que imobilizou a iniciativa econômica neste país — e se apropria de todos os recursos arrecadados aos cidadãos, sem que haja sobras para investir em projetos pelos quais a nação não pode esperar indefinidamente.

Liberado dos compromissos políticos a que era subjulgado, em nome da transição, o governo Sarney dispõe de prazo para fazer tudo que o PMDB e o PFL não o deixaram fazer. A opinião pública espera que, com as prerrogativas do presidencialismo, o presidente Sarney acelere a reforma administrativa e passe imediatamente à desestatização, como saneamento do processo inflacionário e para marcar em definitivo o seu governo com uma face modernizadora.